

(Do Senhor Alexandre Santos)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre os atrasos nos repasses às prefeituras das verbas referentes aos royalties do petróleo, bem como explicações sobre as dificuldades relatadas pelas prefeituras em obter a liberação na Caixa Econômica do pagamento do dinheiro de emendas parlamentares.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal, e nos arts. 115, I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, sobre os atrasos nos repasses às prefeituras das verbas referentes aos royalties do petróleo, especialmente quanto às seguintes indagações:

1. Por que o governo federal vem sistematicamente atrasando o repasse dos royalties aos municípios?
2. Somente nos municípios do Rio de Janeiro, são cerca de R\$ 300 milhões a menos aos cofres públicos. Que destinação a União deu a esses recursos?
2. Quantas parcelas do repasse de royalties efetivamente serão pagas aos municípios dentro do exercício de 2014?
3. Qual a data oficial (favor especificar o dia) de realização desses repasses a cada mês?

4. Por que o governo federal não deu nenhuma explicação sobre esses atrasos, que vêm ocorrendo há quase seis meses?
5. O governo federal se compromete a fazer os 12 pagamentos (referentes aos meses do ano) dentro do ano de 2014?
6. Os senhores têm conhecimento de que a burocracia envolvida na liberação dos recursos provenientes das emendas parlamentares também tem dificultado, e muito, o custeio a obras essenciais dos municípios? Que medidas o governo federal está tomando para reduzir essa burocracia e agilizar esse processo, permitindo assim a realização de obras fundamentais aos cidadãos brasileiros?

JUSTIFICATIVA

Tem causado enorme preocupação aos prefeitos do meu Estado, o Rio de Janeiro, o verdadeiro calote que se anuncia sobre prefeituras do Brasil inteiro com as verbas dos royalties do petróleo.

Como se trata de uma compensação, a legislação sobre royalties estabelece que prefeito e governadores devem usar o dinheiro para finalidades específicas, como saúde e saneamento básico. Nada mais natural, já que são justamente esses setores os mais impactados pelo estabelecimento, num município, de uma indústria como a de produção de petróleo.

Ocorre que, desde o ano passado, o governo federal vem atrasando sistematicamente o pagamento da parcela mensal dos royalties. O que era para cair dia 20 passou a cair dia 23, depois dia 27, depois dia 30. Até que em fevereiro deste ano completou-se o mês sem que a parcela fosse paga. Pela primeira vez na história deste país desde o estabelecimento da partilha dos royalties, passou-se um mês inteiro sem repasse. O valor de fevereiro só foi repassado aos municípios em março.

O governo até agora não deu nenhuma explicação aos prefeitos para o atraso, nem explicou como vai repor o mês faltante, se é que o fará. Sem uma reposição, chegaremos a dezembro com 11 meses de repasse em vez de 12. Trata-se de um calote anunciado! E de um recurso, não custa repetir, que não é dinheiro de arrecadação federal redistribuído, nem caridade que a União faz com os municípios. Os royalties são um pagamento o qual os municípios fazem jus devido à presença de uma atividade econômica altamente impactante em seus territórios. São um direito inalienável dos municípios.

Esta não é a única aflição atual dos prefeitos em relação à União. Eles também têm relatado dificuldades cada vez maiores em obter a liberação na Caixa Econômica do pagamento do dinheiro de emendas parlamentares, igualmente usadas para obras essenciais nos municípios. É tanta burocracia que, quando o prefeito obtém uma certidão, a anterior já venceu. E a prefeitura deixa de pagar o fornecedor. E a obra fica parada.

É por tudo isso, senhor presidente, que solicitamos que a Presidência da República apresente informações sobre o atraso no repasse dos royalties aos municípios. Precisamos saber o que está acontecendo antes que a bomba-relógio exploda. E precisamos exigir a regularização dos pagamentos enquanto é tempo. Porque em 2015 será tarde demais para cobrar a dívida do ano fiscal anterior. Em nome de milhões de munícipes brasileiros, precisamos a qualquer custo evitar esse calote.

Sala das Sessões, em de maio de 2014.

ALEXANDRE SANTOS
Deputado Federal – PMDB/RJ